

DIALÉTICA E LUTA DE CLASSES: CONTRADIÇÃO E MEDIAÇÃO NO MÉTODO DE KARL MARX

Henrique Amorim e Cristiano Ferraz***

RESUMO: Este artigo tem como objetivo central discutir a dialética presente no método analítico de Karl Marx. Tendo como eixo central as noções de contradição e mediação, procuramos explicitar a relação entre ciência e política na obra de Marx. Esta relação, própria da análise marxista, está fundamentada em uma tomada de perspectiva. A adoção e a construção de um método parte, assim, de um ponto de vista de classe, que visa construir uma nova ciência, crítica do capitalismo e de suas formas de dominação social.

PALAVRAS-CHAVES: Luta de classes, dialética, inversão, contradição e política.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo principal é problematizar, com base no método de Marx, a dimensão filosófica da dialética, caracterizando-a como categoria analítica central para explicação das sociedades capitalista e pré-capitalista. Para tal, pretendemos organizar o artigo da seguinte forma. Na primeira parte, discutimos a relação entre Marx e Hegel quanto à caracterização da mediação como princípio analítico que fundamenta a lógica do pensamento desses autores.

* Doutor em Ciências Sociais IFCH/UNICAMP. Agradeço a Gláucio Sansevero pela tradução do resumo para o inglês. Contato: henriqueamorim@hotmail.com.

** Professor da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) e Doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp. Contato: clf-ferraz@uol.com.br.

Ainda nesse item, aprofundamos a questão sobre a ruptura de Marx com Hegel, caracterizando-a como uma ruptura fundada no abandono da lógica dialética idealista e na afirmação do materialismo histórico-dialético.

Na segunda parte, lançamos mão da análise de *O Capital* para explicitar como as mediações analíticas são caracterizadas na obra de Marx, ou seja, como Marx apresenta a problemática da relação entre capital e trabalho, partindo da mercadoria, salientando-a como fenômeno que explicita de maneira “mais simples” a lógica da produção e da reprodução do valor, isto é, da valorização do capital. Nesse sentido, resgataremos a tese sobre a tendência de negação da base produtiva no processo de valorização e acumulação de capital.

Na última parte, procuramos desenvolver a idéia de que a dialética em Marx pode ser entendida como um conceito datado. Fruto de uma materialidade sem a qual esse conceito não pode ser efetivamente pensado. Assim, a dialética de Marx pode ser explicitada como um princípio analítico histórico¹, que depende fundamentalmente da base material e não pode ser desvinculado dela, nem caracterizado como um conceito em geral, válido para todas as sociedades existentes ou futuras, mas apenas para aquelas que estariam ancoradas num determinado tipo de contradição que estabelece uma

¹ Deve-se frisar, não obstante, que a noção de dialética de Marx é distinta daquela das origens do conceito. No nascimento da filosofia tal conceito representava a “arte real da discussão, de uma discussão real entre duas ou mais pessoas vivas, não excogitadas por uma invenção literária” (Colli, 1996: 61). Em sua origem, “a dialética nasce do agonismo. Quando o fundo religioso se afastou e o impulso cognoscitivo não precisa mais ser estimulado por um desafio do deus, quando uma disputa pelo conhecimento entre os homens não mais requer que estes sejam adivinhos, eis que aparece um agonismo apenas humano. Sobre um conteúdo cognoscitivo qualquer, um homem desafia um outro homem a responder: discutindo sobre essa resposta, ver-se-á qual dos dois possui o maior conhecimento” (Colli, 1996: 63). Nesse embate, entre argumentos lógico-expositivos um dos dois debatedores acaba, pela lógica mais profunda da argumentação do oponente e de sua sagacidade em interpor questões aparentemente desconexas, mas altamente persuasivas, sendo derrotado. Na dialética, assim, o embate torna-se uma construção de mediações que sejam mais abstratas que o sujeito das afirmações a serem demonstradas, isto é: “a discussão, como procura de médios, é uma procura de universais cada vez mais abstratos, na medida em que o médio que demonstra a proposição dada precisará, por sua vez, ser demonstrado” (Colli, 1996: 65).

relação social antagonica entre as classes em presença, isto é, que tem como fundamento a exploração do trabalho.

AS MEDIAÇÕES ANALÍTICAS DE MARX E A CRÍTICA AO IDEALISMO DE HEGEL

É equivocada a idéia de que Marx teria apenas invertido a dialética hegeliana, dando um conteúdo materialista aos princípios apontados por Hegel. Marx não somente inverteu as bases do idealismo alemão, como o superou ao lançar mão do materialismo dialético, fazendo da práxis o fundamento de toda filosofia (cf. Balibar, 1995: 34). Como nos lembra Marx:

“O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (Marx, 1983: 24).

As mediações assumem, dessa forma, um papel importante na medida em que Marx constrói uma concepção histórico-materialista como alternativa metodológica que vai do abstrato ao concreto, que tem como fundamento a negação da positividade dos fenômenos sociais explicitados. Assim, do ponto de vista teórico-metodológico, a exemplo da contradição e da *práxis*, a mediação se apresenta como categoria analítica fundamental para a ruptura com a imediatividade, no movimento que vai do abstrato ao concreto, sob a forma de concreto pensado, no sentido de apreender a essência dos fenômenos sociais. Essência compreendida aqui como categoria processual, como “determinação inerente à história” (cf. Lessa, 2001: 93-94).

A mediação como procedimento metodológico de Marx ao mesmo tempo em que complexifica o movimento de construção do conhecimento, possibilita desvendar a essência dos “fenômenos sociais” no que tange à compreensão de sua particularidade e universalidade na relação com o todo. A partir de processos histórico-sociais mais amplos (a história como processo),

tais fenômenos são reconstruídos como parte de uma determinada (delimitada) realidade que é sempre intrincada, complexa, aberta à transformação pela ação dos sujeitos sociais envolvidos (cf. Franco, 1998: 179).

Marx ao caracterizar a realidade como expressão de uma contradição observa que sua análise só seria possível de forma dialética. Isto fez Marx perceber a necessidade lógica e posteriormente expositiva das mediações entre sujeito e objeto como sendo uma forma científica que poderia explicitar a essência dos fenômenos no capitalismo.

O idealismo alemão, aqui esboçado com base em Hegel pode ser caracterizado por duas grandes unidades epistemológicas que configuram as diferenças estruturais em relação a Marx.

Para Hegel, a realidade é um dever ser e este ser só pode adquirir sentido *a posteriori*, a partir da explicação, da filosofia. Hegel analisa, então, o produto histórico da realidade, quer entender o que está feito, o que já está dado. Acredita, nesse sentido, que é possível entender as coisas em si e para tal deve ultrapassar o entendimento fenomênico (finito) e ir além, ir ao infinito. O abandono da finitude é imposto por Hegel como forma de entendimento dos fenômenos sociais. A dialética ganha, assim, uma dimensão positiva que pode desvendar o real no seu “si”. Isto daria à dialética hegeliana uma positividade internalizada em sua própria negatividade.

Para Hegel, o ser confere sentido aos fenômenos. Ficando presa ao terreno fenomênico, sua análise não consegue desvendá-lo. A verdade é o todo, o ser é o espírito, sendo que o ser e o saber são apenas manifestações do próprio espírito. O espírito é, assim, um recurso dialético que tem o objetivo de apreender tais manifestações. Porém, essa construção do espírito é feita *a posteriori*, ou seja, é conceitual. Portanto, a negatividade que Hegel confere à dialética, como forma de desvendamento dos fenômenos, fica reservada ao terreno do discurso.

Hegel apresenta-se, dessa forma, como um conservador, pois pensa a realidade, a realidade contraditória, conceitualmente apreendida com base na dialética, caracterizando-a, porém, como uma realidade já dada, terminada. Esta tese está informada pela idéia de que existiria um *telos* histórico e dentro desse *telos* uma progressividade da razão. Esta composição metodológica

permite a Hegel conceber a sociedade burguesa como uma sociedade cindida, contraditória, na qual o Estado teria o papel central de agregar os indivíduos.

O Estado encarna a razão que deve ser alcançada e só através dele é possível que a sociedade fundamente seu modo de vida em um princípio não alienado, ou seja, o Estado torna-se sujeito do processo, de um ideal de sociedade livre.

Já para Marx interessa apontar para a produção da realidade. Deve-se pensar como a sociedade é produzida e não como se produz na sociedade. Deve-se entender, assim, o que está por ser feito. As mediações caracterizariam, nesse sentido, o caminho científico para relacionar o que está manifesto naquilo que se encontra encoberto, na medida em que o manifesto é a caracterização invertida e contrária de uma mediação mais essencial. A passagem de uma contradição aparente a uma outra mais complexa de elementos que caracterizem a possibilidade de desvendamento das determinações fundamentais daquele objeto sintetizaria, dessa forma, o método dialético de Marx.

“Para a dialética resulta que ela não pode avançar de uma unidade imediata para uma unidade mediada mais profunda; mas que ela deve levar de uma contradição imediata e relativamente superficial a uma contradição mais essencial, que preside um campo mais amplo de fenômenos” (Fulda apud Grespan, 2002: 35).

No entanto, no método de Marx, a análise dialética crítica dessa realidade contraditória inclui na compreensão positiva da realidade a sua própria negação. O método parte do fenômeno social, como forma acabada da contradição em processo, apreendendo, com base no desenvolvimento interior das formas capitalistas de vida, as contradições centrais desse modo de organização da produção e reprodução social.

“A dimensão ‘crítica’, que define a ‘figura racional’ da dialética e determina sua retomada pelo Marx da maturidade, é ela mesma dialética, por sua vez, por que é interna: ela apreende o negativo dentro do positivo e expõe

esta contradição. Além disso, o positivo, negativamente apreendido, é autonegador, explicitando daí seu caráter ‘efêmero’, sua determinação ‘no fluxo do movimento’ e do tempo $\frac{3}{4}$ por isso é revolucionário” (Grespan, 2002: 29).

Nesse sentido, as mediações, como forma central de apreensão da realidade no método marxista, tornam-se centrais. A imediatividade concreta e real, porém aparente, deve assim ser *a priori* negada na medida em que contém em sua forma uma contradição própria de uma forma de produção da vida, que se relaciona, sobretudo, com a divisão das sociedades de classe em geral e particularmente com as relações sociais na sociedade capitalista. O imediato salta de mediação em mediação a uma contradição mais complexa e profunda, que pode explicitar as determinações centrais ao universo das relações sociais.

No método de Marx, a categoria da mediação embasaria a busca da relação necessária, dialética, entre a parte e o todo. Kosik (1995) indica que o princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo fundamenta cada fenômeno como momento e expressão do todo.

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função *dupla*, a única capaz de fazer dele efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo e, de outro, definir o todo em processo, sendo, ao mesmo tempo, produtor e produto, revelador e determinado.

Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só termo que os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais somente quando inseridos no todo correspondente adquirem “verdade” e concreticidade (Kosik, 1995: 49).

Não há, nesse sentido, uma relação de simples causalidade na relação que o pesquisador constrói entre produto e produtor como explicação da síntese entre parte e todo, mas sim um complexo de múltiplas determinações que mediam a forma de ser do objeto. Essa forma de conceber o movimento do abstrato ao concreto tem implicações sobre o próprio modo de concepção do real.

A diferença entre o conhecimento sistemático-aditivo (positivista) e o conhecimento dialético é essencialmente a diferença entre duas formas distintas de conceber o real (Kosik, 1995: 50). Na primeira, a realidade seria uma soma de fatos, onde o conhecimento do todo seria impossível. Na segunda – tributária do princípio totalizante da tradição hegeliana, que Marx superou conservando seu núcleo racional² – o real é um todo estruturado que se desenvolve e se recria, sendo o conhecimento dos fatos da realidade o conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real.

O conhecimento seria um processo dialético de *concretização* que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutuamente, pode-se atingir uma concreticidade (cf: Kosik, 1995: 50).

O todo se cria na *interação* das partes e não como abstração situada acima das partes. A interação pressupõe a mediação como dispositivo metodológico para sua viabilização. Não se trata de um método de análise e soma, uma concepção empírico-racionalista, isto é, de se estabelecer um estatuto de cientificidade positivista no campo das ciências humanas.

Sacrificadas a totalidade e as relações, a mediação tende a perder espaço em detrimento da análise do fato social como verdade absoluta. Um dos problemas desse procedimento estaria em atribuir ao real atributos que ele não tem, tais como a linearidade, harmonia, não raro tomados isoladamente como fenômenos econômicos, psicológicos, religiosos, políticos, sociológicos, etc.

Este tipo de procedimento analítico tende a não apreender as mediações entre esses aspectos em uma teorização mais complexa sobre o real. Caracterizam-se, assim, por exemplo, economicismos e sociologismos analíticos, reduzindo o lugar dos fenômenos econômicos, políticos, etc., no processo de produção social da vida e da história.

² Em uma carta a Kugelmann, Marx relatava que “a dialética de Hegel é a forma básica de toda a dialética, mas somente depois que lhe foi extirpada de sua forma mística, e isto é precisamente o que distingue meu método”. (cf.: MARX, 1978: 214).

Teríamos, assim, uma miríade de teorias, um ecletismo metodológico que tende a culminar na soma dos vários conhecimentos e em um formalismo interdisciplinar cuja deficiência em ir à raiz da explicação do objeto encontra-se já na formulação da problemática de pesquisa, uma vez que ela é mediada pela concepção fragmentada do real.

De acordo com os argumentos supracitados, a mediação é uma categoria que se entrelaça com a própria concepção do real, é uma perspectiva de análise que começa com a própria definição do objeto, e não constitui *strictu sensu*, a solução para uma relação insuficiente de causalidade, empiricamente estabelecida (ou dada por hipótese).

A perspectiva teórica das mediações implica incluir como propriedades do objeto, as conexões que o determinam em situações de tempo e espaço, única forma de encontrar a explicação de um objeto sem cair no esquema abstrato de uma relação mecânica e, simultaneamente, não perder de vista o significado do objeto não apenas em sua particularidade, mas também como totalidade de um processo histórico.

Busca-se, então, dar significação às categorias mediando sua validade na relação com o real, saturando-as de sociabilidade, explicitando suas determinações. Isso não quer dizer que as múltiplas determinações a serem trabalhadas na exposição da pesquisa sejam *todas* as determinações que concorrem para explicar o objeto, mas sim as fundamentais para explicar o movimento do objeto estudado, da sua essência. Daí, a necessidade de se hierarquizar o que é fundamental e o que é secundário no momento da exposição³, separar as contradições principais das contradições secundárias no estudo do objeto, sob pena de se cair na falsa totalidade, que pressupõe a soma de todos os aspectos do real.

Marx faz valer, no sentido do realismo aristotélico, a prioridade do concreto empírico, imediato, face ao concreto reproduzido dialeticamente no pensamento como requeria Hegel. Retoma sim a dialética especulativa de Hegel, ou seja, o esforço do conceito, mas, não afirma a arbitrariedade do pensar sobre a realidade, o que não caracteriza dizer que a realidade do conceito

³ Sobre o método de exposição em Marx, ver: Müller (1982).

é a própria realidade. O conceito não é uma expressão direta da realidade. Está em luta com outros conceitos, faz parte de um universo que confere à realidade uma possibilidade de compreensão política, sempre caracterizada por interesses distintos das classes em presença.

Marx distingue o potencial crítico da dialética hegeliana da sua dimensão idealista que mistifica a sua crítica. Resgata, assim, o “caroço racional” (cf. Grespan, 2002). A continuidade é dada pela conservação da crítica do objeto que ganha em Marx fundamento materialista. Em consequência, transcende o universo no qual o verdadeiro-concreto é produto do conhecimento para uma problemática que estabelece que o real é cognoscível, mas não auto-explicativo.

Não se trata de estabelecer, como queria Hegel, um projeto de auto-fundação da razão com base na ciência da lógica, isto é, a dialética como “designante” da lógica do movimento do conceito, mas sim de que o conceito deve apreender a forma de ser do real, o movimento do real.

Entendemos, portanto, que a materialidade torna-se central no método de Marx. No item seguinte, faremos um esforço no sentido de mostrar como as mediações aqui introdutoriamente expostas estão constituídas na exposição da tese sobre a tendência, nunca efetivamente completada, de “autonomização” do capital em relação a sua base produtiva no processo de valorização e acumulação capitalistas. Nesse sentido, descreveremos tal processo de “autonomização” com base no movimento do “valor”, isto é, como a cada novo momento da valorização do capital, esta forma fenomênica ganha sentidos aparentemente diferentes.

MARX E A NEGAÇÃO DA “BASE MISERÁVEL”: DO ABSTRATO AO CONCRETO

Partindo da crítica da Economia Política Clássica, Marx combate o princípio de neutralidade da ciência positiva, que pretendia mostrar como as relações sociais capitalistas estruturavam-se objetivamente, bem como de que forma operavam. Isso porque tal prerrogativa científica naturalizava as determinações históricas do processo de produção e reprodução das relações sociais, submetendo toda história à história das relações sociais capitalistas.

Assim, Marx não parte de uma categoria “valor” e sim da mercadoria, pois é o dado mais imediato da economia que está analisando. O objetivo central de Marx seria, então, o de problematizar a forma valor de troca com base na mercadoria, discutindo em que medida as formas do trabalho humano adquirem a forma valor. Sua pergunta central converge para como se move o valor (como ele se acumula) sob o regime do capital?

Deve-se frisar que a teoria do valor em Marx é uma teoria do valor abstrato, pois caracteriza supostamente a negação de sua base material, de sua base miserável. Assim, a constituição do valor para Marx deve ser relacionada à forma geral de como a sociedade capitalista apresenta-se. “Sem reprodução ampliada do capital não há lucro **no sentido capitalista**, no sentido do processo de valorização contínuo do capital” (Tavares, 1998: 55 – grifos do autor).

Do ponto de vista da teoria do valor, em Marx, da valorização do capital, a relação fundamental é a compra e venda da força de trabalho, ou seja, a relação entre capital e trabalho. Marx não está preocupado com as quantidades de valores de uso imersos nos salários, mas sim com a relação entre trabalho e capital.

Ao descrever como o valor vai, a cada momento do processo de valorização, tomando formas distintas, Marx indica uma lógica de expansão do capital que tem como sua forma “pura” dinheiro que cria mais dinheiro. A lógica da valorização tende, assim, a se distanciar de sua base produtiva, de sua essência. Não se trata, assim, de determinar quantidades de valor-trabalho imersos na mercadoria, mas sim, de precisar a sua forma particular e geral ao mesmo tempo: o capital a juros, o capital como dinheiro.

Marx observa que a equação que expressa a valorização do capital $D-M-D'$ dá lugar, “evolui”, na ótica do capital, para $D-D'$, isto é, dinheiro que se autovaloriza, que não precisa recorrer a sua base produtiva, lançando-se na circulação na forma de dinheiro como capital.

A determinação do processo de valorização do capital é formulada, assim, da seguinte maneira: capitais individuais devem comportar-se como capitais em geral para serem intercambiados socialmente, isto é, colocados em movimento, no movimento contraditório do capital.

Nesse processo de “transformação” de capitais individuais em capitais em geral tem-se uma autonomização, podemos dizer, da forma que o capital foi “criado” para a forma como ele se socializa. (cf. Braga, 2000: 159). O processo de autonomização do capital e de sua valorização financeira frente a sua base produtiva, dentro da relação contraditória capital/trabalho, indica a negação constante do trabalho vivo como fundamento lógico do sistema, sendo que o “limite”, o ponto limite dessa autonomização concretizar-se-ia na forma do capital fictício.

Nesse contexto, a intercompetição capitalista dinamiza essa autonomização ao ativar o progresso técnico, diminuindo o tempo socialmente necessário da produção. Obter uma mais-valia relativa maior depende e tem relação direta com o avanço e com a transformação das forças produtivas como motor que movimenta a intercompetição capitalista. Isto, finalmente, tem desdobramentos quanto à intensificação do trabalho, à ampliação da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) na jornada de trabalho já dada ou comprimindo-a com base na aceleração do ritmo da produção para a constituição de mais-valia relativa.

O caráter progressivo do capital tende a tornar as mercadorias livres do valor, mas não livres do dinheiro como capital. O desenvolvimento da forma valor como trabalho abstrato, que se mede a partir do tempo socialmente necessário, faz com que a relação entre capital constante e capital variável aumente, ou seja, faz com que a quantidade de trabalho necessário seja cada vez menos premente (cf. Tavares, 1998: 65).

O valor do estoque de capitais (trabalho morto-acumulado) já à disposição (ou seja, dinheiro como capital) faz valorizar essas mercadorias, continua a determinar o preço das mercadorias. Mesmo no âmbito da indústria o trabalho morto – mais-valia acumulada – é fonte de riqueza e não mais o trabalho vivo. Assim, o capital aparece como valor de uso do próprio processo de valorização.

Nesse sentido, o capital como dinheiro carrega uma particularidade própria ao modo de produção capitalista. O capital em sua forma dinheiro aparece, então, como forma específica das relações sociais capitalistas no momento em que a relação entre os investimentos e o lucro passa a margem

de sua base material. Portanto, quando a mercadoria dinheiro aparece como capital a juros.

Percebe-se, dessa forma, como Marx desenvolve seu método de análise e exposição, partindo do que chama a forma mais imediata e aparente de realização do capital, a mercadoria, para explicitar as formas que os valores e em especial os valores de troca, imersos nas mercadorias, assumem em cada momento do processo de valorização do valor, isto é, como na dinâmica da valorização o “valor” assume diferentes formas: capital como dinheiro, capital como valor de troca, capital a juros, capital fictício, capital como equivalente geral, etc.

Nesse sentido, pudemos, mesmo que rapidamente, ilustrar como em Marx a mediação pode ser caracterizada. Como ela faz relacionar conceitos oriundos de uma escola de pensamento positivista em uma outra problemática, que na prática, quer negar as formas existentes de produção a partir da explicitação de suas contradições internas.

Na última parte desse artigo retomamos a discussão filosófica sobre a dialética ao caracterizá-la como categoria analítica chave do materialismo histórico no processo de compreensão das sociedades capitalistas e pré-capitalistas divididas pelo antagonismo de classe.

A DIALÉTICA COMO FONTE EXPLICATIVA DA HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES

A estratégia teórico-metodológica de Marx relaciona a problemática científica com o campo da luta de classes, estabelecendo a partir do desvelamento do real, possibilitado pelo seu método, um conteúdo político programático de emancipação da classe trabalhadora.

Posto isso, cabe aqui outra questão: a obra de Marx é científica? Se for pensada nos marcos da ciência burguesa, não pode ser caracterizada como científica, isto é, não se enquadra em um formato de investigação metodológico e especulativo de fundo apenas afirmativo/positivo. No entanto, pode ser considerada científica quando se rompe com este modelo de ciência, fundando uma nova cientificidade. “**O Capital** é uma obra **científica**, mas também,

ao mesmo tempo e na mesma relação, isto é, de maneira **inseparável**, é uma obra revolucionária, ou seja, uma teoria revolucionária” (Benoit, 1996: 14 – grifos do autor).

A ciência marxista-dialética concebe, assim, o seu objeto a partir de uma conformação histórica que lhe impõe um determinado método de análise, isto é, com base em um determinado modo de vida (Gramsci, 1981 & 1991) que se fundamenta em um princípio contraditório que define a lógica da forma de uma sociabilidade, pela oposição e pela dominação de uma classe social em relação a outra. Esta manifestação pode ser observada em sua plenitude na sociedade capitalista. Como nos lembra Belluzzo (2002: 65), “O capital é o mais poderoso modo de controle social jamais conhecido na história”.

Em sua manifestação mais evoluída, a contradição revela-se no capital em sua forma acabada de controle e reprodução social. Manifesta-se como uma relação jurídico-política entre iguais; relação social que fundamenta a base de dominação das classes trabalhadoras em relação à classe capitalista. Apesar de concreta, de existente e necessária à reprodução das classes sociais, o nexos causal dessa dominação não pode ser apanhado nestes termos. Pelo contrário, essa mesma relação jurídico-política entre possuidores de mercadorias obscurece as determinações da natureza contraditória dessa dominação social.

Nesse sentido, o método de Marx pressupõe a superação da realidade imediata como necessidade metodológica que é determinada não por uma livre escolha entre métodos distintos, mas pela forma histórica de tais relações sociais. O imediato, a realidade concreta, caracteriza-se como ponto de partida que já de início deve ser negado. Do aparente, da forma aparentemente mais simples de uma determinada relação social, da relação entre valores de troca, por exemplo, explicitam-se determinações intermediárias que reforçam um argumento comum à geração de mais-valia.

Marx, ao problematizar uma teoria da história fundada na divisão em classes sociais, para além de explicitar o caráter transitório das “leis” que governam a estrutura de dominação social capitalista, transcende o fetichismo imanente a essas relações sociais. Ao analisar outras formas de organização da vida social, com base na perspectiva da luta de classes, Marx dá fundamento histórico à análise do próprio modo de produção capitalista.

O exemplo figurativo de Robinson Crusóe que Marx (1978) desenvolve na *Introdução de 1859*, a análise das relações de produção medievais e a idéia de trabalho como uma atividade “comum” aos modos de produção existentes até hoje permitem ao autor estruturar a crítica da sociedade capitalista e, conseqüentemente, a inferência a uma outra forma de organização da produção: o comunismo, que aparece em sua obra como negação do processo de acumulação/valorização do capital.

A totalidade do capital, da estrutura capitalista, pôde, assim, ser considerada por Marx a partir da análise da mercadoria. O objeto, no método dialético de exposição, é fundamentado em seu universo simples, de um conjunto maior e não agregável, mas como núcleo comum da universalidade de uma totalidade que foi pesquisada. Constitui-se, dessa forma, a totalidade de um objeto específico num processo que, ao retroceder, na verdade, avança em uma perspectiva que deve pressupor a sua superação.

“(…) No método dialético, avançar é um retroceder. Avançar é, como dizia Hegel, ‘um retroceder ao fundamento (…), ao originário (…), e verdadeiro, do qual depende o começo com o qual se começou e pelo qual efetivamente foi produzido’. O começo pressupõe o fim, fim que, na verdade, é princípio, *arché*, fundamento originário. Por isso mesmo, em *O Capital*, em certo sentido (…), desde o começo já se pode pressupor o fim, princípio pressuposto que produz o começo” (Benoit, 1996: 22 – grifos do autor).

O estudo do capital pode ser, então, considerado como uma aplicação do materialismo histórico dialético. Se Marx não privilegiou em sua análise outros aspectos sociais, isso não reduz a importância do seu método. Além do mais, é preciso pensar historicamente as categorias de análise. É, portanto, errôneo o ponto de vista de que o marxismo só se aplica ao estudo do capitalismo e ao movimento das forças produtivas capitalistas. Por um lado, seria o mesmo que admitir que apenas nessa dimensão existisse o fundamento materialista que garante a explicitação do real. Por outro, se o método de Marx se aplicará ou não a modos de produção futuros é uma questão que

somente o devir histórico nos permitirá avaliar. Fechar essa possibilidade agora é contraproducente aos princípios do materialismo histórico.

O princípio da cooperação produtiva com o qual se organizaram os modos de produção anteriores ao capitalismo, e ele próprio, funda uma materialidade contraditória que só pode ser observada a partir de um método dialético. Nesse sentido, Marx inferiu, com a superação do modo de vida capitalista e com a estruturação do comunismo, não apenas uma resignificação produtiva e econômica, mas, fundamentalmente, observou a possibilidade de estruturação de uma nova forma de conceber o real, dado que o real fosse estruturado por um princípio não contraditório.

A relação de dominação e a referência dialética do método permitem a Marx ultrapassar a análise do modo de produção capitalista e caracterizar um quadro análogo no qual toda a história social pode ser lida com base em um processo contraditório e classista. Não importando, assim, se o

“(...) proprietário é o aristocrata ateniense, o cidadão romano ou qualquer outra forma histórica de classe dominante que tenha antecedido a figura do capitalista. Como se vê, em primeiro lugar, Marx ressalta a universalidade desse processo contraditório de classe embasado na extração de trabalho excedente e, logo em seguida, mostra as *diferenças* que caracterizam essas formas anteriores, para justamente a partir daí explicitar a maneira específica pela qual esse processo se realiza no modo de produção capitalista” (Benoit, 1996: 32 – grifo do autor).

Assim, podemos afirmar que tanto para os modos de produção anteriores ao capitalista, como para ele próprio, guardadas as suas especificidades, que caracterizam a forma como é organizado seu processo de trabalho e de produção, todos eles fundamentam seu modo de vida no princípio cooperativo e no antagonismo entre grupos sociais e, assim, podem ser explicitados com base em uma perspectiva material histórico-dialética.

Abstract: The main objective of this article is to discuss the dialectics present in the analytical method by Karl Marx. Using the notions of *contradiction* and *mediation* as the central axis, I intend to explicit the relationship between science and politics within Marx's work. This relationship, particular to the Marxist analysis, is based on taking a perspective. The adoption and the construction of a method starts, this way, from a class point of view, that aims to construct a new science, critic of the capitalism and of its forms of domination.

Keywords: class struggle, dialectic, inversion, contradiction and politics

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALIBAR, Étienne. *A Filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BENOIT, Hector. “Sobre a Crítica (Dialética) de O Capital” In: *Crítica Marxista*. Brasiliense, n° 3, pp. 15-44, 1996.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. “Uma longa viagem”. In: *Carta Capital*, Ano VIII, 26 de junho de 2002, n° 195, pp.64-65.
- BRAGA, J. C. Souza. *Temporalidade da Riqueza*. Campinas: Unicamp, 2000.
- COLLI. Giorgio. *O Nascimento da Filosofia*. Campinas: Unicamp, 1992.
- FRANCO, Maria Ciavatta. “Formação Profissional nos anos 90. Uma questão fora de foco” In: NEVES, Magda de Almeida; LEITE, Márcia de Paula. *Trabalho, Qualificação e Formação Profissional*. São Paulo-SP; Rio de Janeiro-RJ: ALAST, 1998.
- GIANOTTI, José Arthur. *Origens da Dialética do Trabalho*. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

- GRESPLAN, Jorge. “A dialética do avesso” In: *Crítica Marxista*. Boitempo, nº 14, pp. 26-47, 2002.
- HEGEL, G. W. “A Fenomenologia do Espírito” In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, pp. 11-25, 1975.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. São Paulo-SP: Paz e Terra, 1995.
- LESSA, Sérgio. “Lukács e a Ontologia: uma introdução” In: *Outubro*, nº 5, São Paulo, 2001, pp. 93-94.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo-SP: Alfa-Ômega, Vol. I, II, III, 1986.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo-SP: Grijalbo, 1977.
- MARX, Karl. “Cartas a Kugelmann” In: MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARX, Karl. “[Introdução] à Crítica da Economia Política”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. [Prefácio] “Para a Crítica da Economia Política” In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MÜLLER, Marcus. “Exposição e Método Dialético em ‘O Capital’” In: *Boletim SEAF*, n. 2. Belo Horizonte, 1982.
- TAVARES, M. C. *Ciclo e Crise: o movimento recente da Industrialização Brasileira*. Campinas: Unicamp, 1998.